



Relatório de Gestão 2022

Relatório de Gestão

1- Nota Introdutória 3

1.1 -Introdução – Breve Historial

1.2 – Missão

1.3 - Estrutura Organizativa

1.4 – Descrição sumária da estrutura organizacional

1.5 - Recursos Humanos

2. Execução Financeira Global

2.1 Análise Orçamental 11

2.1.1 - Receita

2.1.2- Despesa

2.1.3 – Execução do Orçamento - Receita vs Despesa

2.2 - Análise Financeira 20

2.2.1 Balanço

2.2.2 Análise aos rácios associados ao Balanço

2.2.3 Demonstração de Resultados

2.2.4 Análise aos rácios associados à Demonstração de Resultados

RELATÓRIO DE GESTÃO

1 – Nota Introdutória

1.1 Introdução

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo foi criada em 1969. As então designadas Comissões de Planeamento Regional – CPR, tinham como objetivo prioritário elaborar estudos e preparar decisões relativos ao planeamento e ao desenvolvimento das respetivas regiões. Até 1974, ano que assinala a criação do poder local democrático em Portugal, a missão destas entidades caracterizou-se por uma dimensão consultiva e de acompanhamento dos planos de desenvolvimento regional. O apoio às autarquias locais passou então a constituir um outro objetivo nas funções das Comissões. É nesse contexto que surgem os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT), cuja instituição formal ocorre em 1979. Nessa data as Comissões de Planeamento Regional passam a designar-se Comissões de Coordenação Regional (CCR) e são definidas as atuais cinco áreas de intervenção geográfica (Decreto-Lei n.º 494/79, de 21 de dezembro). A adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, altera as competências das ex-CCR ao nível da gestão de programas financeiros nacionais, comunitários e de cooperação, sendo também alargadas aos domínios do planeamento urbanístico, ordenamento do território e ambiente (Decreto-Lei n.º 130/86, de 7 de junho). Em 1989 é instituída uma nova estrutura orgânica com o Decreto-Lei n.º 260/89, de 17 de agosto.

Em 1990 são criadas as Direções Regionais do Ambiente e Recursos Naturais (DRARN), no âmbito do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais passando as competências das direções regionais e recursos naturais criadas nas CCR, pelo Decreto-Lei n.º 260/89, de 17 de agosto, para as DRARN. Em 2000, com a criação das Direções Regionais do Ambiente e do Ordenamento do Território (DRAOT) pelo Decreto-Lei n.º 127/2001, 17 de abril, o ordenamento do território deixa de fazer parte das competências das CCR. Em 2003 são criadas as CCDR (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional) a partir da fusão das CCR e das DRAOT, as quais passam a integrar as competências nas áreas de planeamento e desenvolvimento regional, ambiente, ordenamento do território, conservação da natureza e biodiversidade e apoio às autarquias.

Já em 2007 e no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), foram publicados novos diplomas legais de enquadramento e definição das atribuições e competências das CCDR (Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de abril) enquanto organismos desconcentrados do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. O licenciamento e gestão das utilizações dos recursos hídricos deixam de integrar as competências das CCDR, passando para as Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH) em consequência da regulamentação da Lei da Água aprovada em 2005.

Com a atualização da estrutura orgânica das CCDR ficou ainda definida a extinção dos Gabinetes de Apoio Técnico (2008).

Presentemente, o modelo organizacional da CCDR LVT foi definido pelo Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, alterado pelos Decreto-Lei n.º 68/2014, de 8 de maio, Decreto-Lei n.º 24/2015, de 6 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 27/2020 de 17 de junho e Lei n.º 37/2020, de 17 de agosto. A CCDR LVT

Organização

A estrutura orgânica da CCDR LVT, prevista no Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, compreende os seguintes órgãos:

Presidente

Arq.^a Maria Teresa Almeida

Vices – Presidentes

Dr. Joaquim Sardinha

Dr. José Pereira Alho

Fiscal Único -Sociedade ABC – Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associados, Lda., SROC n.º 115, registada na CMVM com o n.º 20161434, representada pelo José Miguel Morais de Azevedo Rodrigues, ROC n.º 1675.

Conselho de Coordenação Intersectorial - Com a composição e competências previstas no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro.

Conselho Regional - Com a composição e competências previstas no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro.

1.4 Descrição sumária da estrutura organizacional

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional – DSDR

Reforçar a capacidade da CCDR LVT no âmbito do planeamento e gestão estratégicos e da monitorização e promoção do desenvolvimento regional.

Divisão de Planeamento, Prospetiva e Avaliação – DPPA

Dinamizar a execução, a monitorização e a avaliação do impacto das políticas públicas de desenvolvimento regional, nas áreas económica, social, ambiental e territorial e elaborar estudos de diagnóstico e prospetiva, de carácter regional, nas vertentes social, económica, territorial, ambiental e institucional, caracterizando de forma sistemática e permanente a sua área de atuação e identificando as principais oportunidades e fatores críticos do desenvolvimento.

Divisão de Inovação, Competitividade e Cooperação – DICC

Apoiar a elaboração e dinamização de programas integrados e projetos que contribuam para o reforço da capacidade de iniciativa local e da competitividade da Região, promover ativa e decisivamente o processo de internacionalização da RLVT, acompanhando e participando nos grandes temas da agenda política europeia e mundial, estabelecendo e estreitando relações de parceria e/ou intercâmbios entre a Região e outras Regiões a nível internacional. Igualmente deve assegurar todo o trabalho de incidência regional inerente ao objetivo Cooperação Territorial Europeia, no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional.

Direção de Serviços de Ordenamento do Território – DSOT

Promover e colaborar na elaboração, alteração e revisão, e implementação dos instrumentos de gestão territorial, bem como a promoção dos estudos necessários ao desempenho das referidas funções e ainda a prossecução da política de desenvolvimento urbano.

Divisão de Ordenamento do Território – DOT

Promover e acompanhar a elaboração, alteração, revisão e implementação dos instrumentos de gestão territorial; assegurar a delimitação e gestão da REN e participar nos estudos e ações necessárias ao desempenho das referidas funções e ainda em matéria de gestão integrada de zonas costeiras e de conservação da natureza e da biodiversidade.

Divisão de Gestão do Território – DGT

Contribuir para o aprofundamento do sistema de gestão territorial através do apoio e acompanhamento da prática planificatória e normativa do governo e das autarquias e acautelar de modo eficaz uma ocupação equilibrada e ordenada do território, bem como prevenir e acautelar eventuais danos através da apreciação de pretensões e exposições concretas.

Unidade de Instrução Técnica de Processos – UITP

Assegurar a instrução cartográfica das intenções entradas na CCDR LVT face aos IGT e condicionantes em vigor para posterior análise técnica nas áreas do Ordenamento do Território e Ambiente.

Direção de Serviços de Ambiente – DSA

Contribuir para a preservação e melhoria da qualidade do ambiente pelo exercício das suas competências no âmbito da avaliação ambiental, do licenciamento de atividades com repercussões no ambiente e da monitorização nos domínios do ar, do ruído e dos resíduos. Formar, informar e alertar a população sobre questões ambientais nos domínios do ar, do ruído e dos resíduos.

Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental – DAMA

Contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente acompanhando ou gerindo os processos de avaliação de impacto ambiental e os relativos à qualidade do ar e ambiente sonoro. Gerir a informação relativa ao estado do ambiente.

Divisão de Licenciamento Ambiental – DLA

Contribuir para a prevenção e controle da poluição através da participação nos processos de licenciamento, de gestão de resíduos e de controlo de emissões atmosféricas.

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local – DSAJAL

Apoiar técnica e juridicamente as autarquias locais e suas associações, visando conhecer o universo local, cooperar para o seu desenvolvimento e promover a qualidade dos serviços públicos prestados, bem como prestar assessoria jurídica aos órgãos e serviços internos da CCDR LVT e assegurar o acompanhamento dos processos de contencioso administrativo, contraordenacional e judicial, no âmbito da atividade do organismo.

Divisão para a Administração Local – DAL

Apoiar tecnicamente as autarquias locais e suas associações, visando conhecer o universo local, cooperar para o seu desenvolvimento e promover a qualidade dos serviços públicos prestados.

Divisão de Apoio Jurídico – DAJ

Prestar apoio jurídico aos órgãos e serviços da CCDR e à Administração Local. Proceder à instrução dos processos de contraordenação e ao acompanhamento dos processos de contencioso administrativo e judicial respeitantes à esfera de competências material e territorial da CCDR LVT.

Direção de Serviços de Fiscalização – DSF

Contribuir para a vigilância do território e fiscalizar nas áreas de ambiente e do ordenamento do território, com vista ao reforço e consolidação da capacidade de intervenção naquelas áreas e à reposição da legalidade.

Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira – DSCGAF

Assegurar a execução de medidas de organização e gestão nos planos administrativos, financeiro, patrimonial, de recursos humanos, de recursos e meios informáticos e de comunicação da CCDR LVT, dinamizar a aplicação de normas e procedimentos de modernização técnica e administrativa e executar a política de incentivos do Estado à comunicação social, ao nível da respetiva área geográfica.

Divisão de Administração e Recursos Humanos – DARH

Assegurar a gestão de recursos humanos, o tratamento do expediente e o atendimento presencial e telefónico dos clientes da CCDR LVT

Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial – DGFP

Exercer o controlo e o acompanhamento financeiro e patrimonial, tendo por objetivo a adoção de medidas adequadas à gestão integrada dos recursos.

Divisão de Documentação e Recursos Informáticos – DDRI

Contribuir no domínio da sociedade da informação e do conhecimento, através da promoção de uma cultura de qualidade mediante a melhoria dos métodos e processos de trabalho, recorrendo às novas tecnologias. Integração dos sistemas de informação técnico-administrativo de gestão dos recursos informativos, informáticos e de comunicação necessários à realização das atividades da Comissão; promoção e difusão de documentação/informação de âmbito regional com prestação de um serviço de informação de qualidade, na perspetiva científica, técnica e económica e de excelência no serviço público.

Unidade de Relações Públicas, Expediente e Atendimento – URPEA

Assegurar as funções de Secção de atendimento e expediente geral e, ainda, relações-públicas institucionais e protocolo, organização de eventos, relações com a comunicação social.

Serviços Sub-Regionais:

Apoiar os serviços centrais da CCDR LVT na gestão e cumprimento dos investimentos regionais, no reforço e consolidação da capacidade de intervenção nas áreas do ordenamento do território e ambiente, com vista à promoção da qualidade e melhoria da gestão.

Delegação Sub-Regional do Oeste – DSRO

Delegação Sub-Regional do Vale do Tejo – DSRVT

Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais de Lisboa-Observatório

Gerir o sistema de informação regional de Lisboa e Vale do Tejo de suporte ao acompanhamento das dinâmicas regionais nos diversos domínios, visando a monitorização da Estratégia Regional, dos Planos Regionais de Ordenamento do Território e dos Programas Operacionais, em articulação com outros sistemas de informação nacionais e regionais relevantes.

Produzir informação e reportes de situação no âmbito da monitorização e avaliação das dinâmicas regionais e da implementação e efeitos de estratégias, planos e programas.

Acompanhar a execução e os efeitos regionais das políticas públicas e dos respetivos instrumentos de execução, nomeadamente dos programas operacionais e dos instrumentos de gestão territorial;

Dinamizar, participar e acompanhar processos de planeamento estratégico de base territorial nomeadamente a estratégia regional de especialização inteligente.

Promover estudos e iniciativas de análise e reflexão estratégica sobre o desenvolvimento económico, social e territorial ao nível regional e sub-regional

Estrutura de Apoio Técnico do Programa Operacional Regional de Lisboa 2014/2020

Gestão, acompanhamento e execução do POR Lisboa 2020. O POR Lisboa 2020 tem por missão reforçar a competitividade regional, intensificando de forma muito marcante as apostas na inovação, na I&D e na diversificação e fortalecimento das PME, com vista à sua internacionalização e participação nos processos de crescimento e inovação. O objetivo é consolidar a posição de Lisboa entre as regiões inovadoras da UE, integrando-a plenamente na economia do conhecimento.

1.5 Recursos humanos

A estrutura orgânica da CCDR LVT conta com 128 trabalhadores/as a 31 de dezembro de 2022, distribuídos conforme tabela em abaixo.

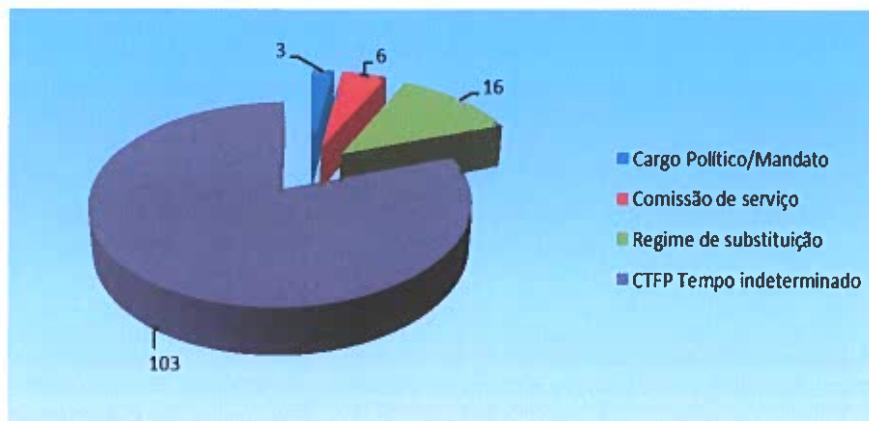
| Grupo/Cargo/Carreira | Total |
|-----------------------------|--------------|
| Dirigente Superior (i) | 9 |
| Dirigente Intermédio | 16 |
| Técnico Superior | 66 |
| Assistente Técnico (ii) | 28 |
| Assistente Operacional | 3 |
| Informático | 6 |
| TOTAL | 128 |

(i) inclui 4 secretários técnicos, 1 coordenador do OADR e 1 vogal não executivo do PORLisboa 2020

(ii) inclui 1 carreira não revista de vigilantes da natureza (3 trabalhadores/as)

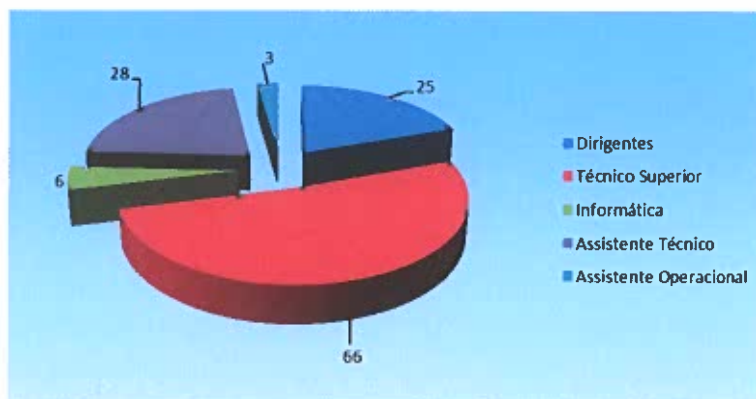
Efetivos por modalidade de vinculação

Dos 128 trabalhadores/as em funções: verifica-se que 80.47 % (103 trabalhadores/as) têm contrato de trabalho em funções públicas por tempo Indeterminado; 2.34% (3 cargos dirigentes superiores) encontram-se em regime de Mandato/Cargo Político; 4.69% encontram-se em comissão de serviço (6 trabalhadores/as) e 12.50 % em regime de substituição (16 dirigentes intermédios), conforme ilustra o gráfico seguinte:



⚡ Efetivos por grupo profissional/cargo/carreira

Em relação à distribuição de efetivos por grupos profissionais, de acordo com o gráfico em baixo, constata-se, tal como em anos anteriores, a concentração de maior número de efetivos nos grupos de pessoal Técnico Superior 51.5% (66 trabalhadores/as) e Assistente Técnico 21.8% (28 trabalhadores/as- inclui 3 Vigilantes da Natureza).



⚡ Efetivos segundo o género

Da análise dos dados de distribuição de efetivos por género, mantém-se a tendência dos anos anteriores, cf. quadro em baixo, na medida em que continua a verificar-se uma predominância de género feminino no universo dos efetivos (90 trabalhadoras) e na maioria dos grupos profissionais, à exceção do grupo de Dirigentes Superiores com 5 trabalhadores de género masculino e 4 de género feminino, e do grupo de assistentes operacionais com 2 trabalhadores de género masculino e 1 trabalhadora de género feminino. Esta realidade traduz-se numa taxa de feminização de 70.3% e de masculinização de 29.7 %.

| Anos | 2020 | 2021 | 2022 |
|----------|------|------|------|
| Mulheres | 87 | 88 | 90 |
| Homens | 38 | 44 | 38 |
| TOTAL | 125 | 132 | 128 |

Por Direção de Serviço:

| UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS | RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|-------------------------------------|------------|-------|--------------|-------------|-------------------------|------------|---------|---------------|---------------------------------------|---------|------------|--------|-----------|---------|----------|--|---------|-------------------------------|--------|---------|----------|-------|
| | NOMEAÇÃO EM COMISSÃO DE SERVIÇO | | | | | EMPREGO DE SUBSTITUIÇÃO | | | | C1 EM PLURAL, PLS P/TERMO DETERMINADO | | | | | | | C2 EM PLURAL PLS A TERMO RESOL. ACERTO | | MOC. INTERNA NA LA PRECATORIA | | | | TOTAL |
| | PREL. | VICE-PREL. | VORAS | SEC. TÉCNICO | COORDENADOR | PREZIDENTE | VICE-PREL. | DIRETOR | CHEFE DIVISÃO | TÉC.SUP. | INFORM. | VEICULATVA | PRECAI | COORD.TEC | ADM.TEC | ADM.OPER | TÉC.SUP. | ADM.TEC | TÉC.SUP. | TÉC.MP | ADM.TEC | ADM.OPER | |
| Procuradoria | 1 | 2 | | | | | | | | | | | | | 3 | 2 | | | | | | | |
| Unidade A.P | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| Distrito Regional de Lisboa | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2 |
| LAPO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2 |
| MDL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 17 |
| Dir Serv Comun. Gest. Adm. Fin. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| Dir. Serv. Adm. Res. Humanos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| Seção de Pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2 |
| Dir. Gest. Trans. Patrimoniais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 3 |
| Seção de Contabilidade | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 3 |
| Recursos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| Unidade de Estudos e Pesquisas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| Dir. Des. Res. Inovação e Gest. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 4 |
| Dir. Serv. A.S. Adm. Gest. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 5 |
| Unidade de Jurisdição | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 5 |
| Unidade de Adm. Local | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 5 |
| Dir. Serv. Operac. Regional | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 3 |
| Dir. Plan. Prom. Avaliaçã | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 3 |
| Dir. Serv. Camp. Cooperacão | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 3 |
| Unidade de Formação | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 5 |
| Dir. Serv. Ambientais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 3 |
| Dir. Serv. Meio Ambiente | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 18 |
| Unidade de Lic. Ambiental | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 7 |
| Dir. Serv. Defesa. Territorio | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 5 |
| Dir. Gest. Territorio | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 7 |
| Dir. Dir. Territorio | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 8 |
| UPD | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| Dir. Sub. Reg. Tráf. de Tapp | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 8 |
| Dir. Sub. Reg. de Dente | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 8 |
| TOTAL | 1 | 2 | 1 | 4 | 1 | 9 | 1 | 18 | 11 | 8 | 3 | 9 | 1 | 23 | 2 | 9 | 9 | 19 | 6 | 1 | 1 | 1 | 138 |

2- EXECUÇÃO FINANCEIRA GLOBAL

A prestação de contas foi elaborada tendo por base os princípios e regras inerentes ao Orçamento de Estado e princípios contabilísticos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e o estatuído na Lei do Enquadramento Orçamental, por forma a apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira dos resultados e da execução orçamental da CCDR-LVT Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

A CCDR LVT tem tentado adaptar-se permanentemente ao novo paradigma das contas públicas, no âmbito da Lei do Enquadramento Orçamental, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas que veio centra-se fundamentalmente na contabilidade, relato, controlo e transparência das contas públicas.

A análise efetuada neste relatório traduz de uma forma sucinta a execução do orçamento referente ao ano de 2022, incidindo sobre uma análise à execução orçamental, financeira e de gestão, relatando as questões, transações e eventos mais significativos apresentados nas demonstrações financeiras, explicando a respectiva influência sobre as mesmas.

Em complemento às demonstrações financeiras, pretende-se neste capítulo fornecer informação sobre a posição financeira da CCDR LVT, desempenho orçamental e financeiro e fluxos de caixa. A análise da mesma incide sobre os itens das demonstrações financeiras mais importantes e significativas para tornar mais compreensível a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa.

É divulgada informação comparativa entre os valores orçamentados e os valores executados, ou seja, a comparabilidade integral dos períodos é agora retomada na sua plenitude visto que as demonstrações financeiras de 2022 e 2021 foram preparadas com base no mesmo referencial

2.1– Análise Orçamental

Demonstração orçamental da receita

Demorstração da Execução Orçamental da Recatda De 01-01-2022 a 31-12-2022

CCDR LVT - Comissão Coordenação Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

| Classificações | Previsões corrigidas | Previsões por liquidar | Recetas por cobrar de períodos anteriores | Recetas liquidadas | Liquidações anuladas | Recetas cobradas brutas | Reembolsos e restituições | | Recetas cobradas líquidas | | | Recetas por cobrar no final do período | Liquidações de períodos futuros | | | |
|---|------------------------|------------------------|---|------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------------|---------------------|---------------------------|------------------------|------------------------|--|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | | | | | | | Emittidos | Pagos | Períodos anteriores | Período corrente | Total | | (n + 1) | (n + 2) | (n + 3) | (n + 4) |
| Receta Corrente | 12 002 550,00 € | -108 827,87 € | 1 686 741,62 € | 17 485 970,48 € | 6 403 325,21 € | 11 481 147,96 € | 350 777,11 € | 350 777,11 € | 40 668,38 € | 11 089 702,47 € | 11 130 370,85 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R0 - Receita Fiscal | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R1 - Impostos diretos | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R1.1 - Impostos diretos | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R2 - Impostos indiretos | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R2.1 - Contribuições para sistemas de proteção social | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R3 - Taxas, multas e outras penalidades | 4 439 745,00 € | -1 991 047,01 € | 1 671 350,87 € | 7 348 330,82 € | 566 869,48 € | 6 823 992,17 € | 0,00 € | 0,00 € | 31 405,41 € | 6 794 586,56 € | 6 823 992,17 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R4 - Rendimentos de propriedade | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R5 - Transferências e subsídios correntes | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R5.1 - Transferências correntes | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R5.1.1 - Administração Pública | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português | 2 700 000,00 € | 212 850,52 € | 0,00 € | 2 487 149,48 € | 0,00 € | 2 487 149,48 € | 0,00 € | 0,00 € | 2 487 149,48 € | 2 487 149,48 € | 2 487 149,48 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades | 428 209,00 € | 147 357,81 € | 0,00 € | 433 243,00 € | 352 991,41 € | 428 209,84 € | 347 358,25 € | 347 358,25 € | 0,00 € | 80 851,59 € | 80 851,59 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R5.1.1.3 - Segurança Social | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R5.1.1.4 - Administração Regional | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R5.1.1.5 - Administração Local | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R5.1.2 - Exterior - U E | 4 797 805,00 € | 3 305 052,14 € | 0,00 € | 1 514 732,86 € | 22 380,32 € | 1 492 552,86 € | 0,00 € | 0,00 € | 1 492 552,86 € | 1 492 552,86 € | 1 492 552,86 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R5.1.2.1 - Outras | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R5.2 - Subsídios correntes | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R6 - Venda de bens e serviços | 195 000,00 € | -61 040,91 € | 15 590,95 € | 5 707 534,18 € | 5 462 084,20 € | 247 143,61 € | 3 418,86 € | 3 418,86 € | 9 262,77 € | 234 561,98 € | 243 824,75 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R7 - Outras receitas correntes | 22 000,00 € | 22 000,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Receta de capital | 201 142,00 € | -1 611,13 € | 1 927,06 € | 207 826,05 € | 0,00 € | 204 477,85 € | 0,00 € | 0,00 € | 1 651,80 € | 202 826,05 € | 204 477,85 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R8 - Venda de bens de investimento | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R9 - Transferências e subsídios de capital | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R9.1 - Transferências de capital | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R9.1.1 - Administração Pública | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades | 161 527,00 € | 0,54 € | 0,00 € | 161 526,06 € | 0,00 € | 161 526,06 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 161 526,06 € | 161 526,06 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R9.1.1.3 - Segurança Social | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R9.1.1.4 - Administração Regional | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R9.1.1.5 - Administração Local | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R9.1.2 - Exterior - U E | 38 615,00 € | 13 031,57 € | 0,00 € | 25 583,33 € | 0,00 € | 25 583,33 € | 0,00 € | 0,00 € | 25 583,33 € | 25 583,33 € | 25 583,33 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R9.1.2.1 - Outras | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R9.2 - Subsídios de capital | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R10 - Outras receitas de capital | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R11 - Reposições não abertas aos pagamentos | 3 000,00 € | -14 943,72 € | 1 927,06 € | 13 716,96 € | 0,00 € | 17 568,48 € | 0,00 € | 0,00 € | 1 631,80 € | 13 716,96 € | 17 568,48 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R12 - Receta com ativos financeiros | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R13 - Receta com passivos financeiros | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Saldo de gerência anterior | 12 770 661,00 € | 116 684,62 € | 0,00 € | 12 770 660,45 € | 116 684,07 € | 12 770 660,45 € | 116 684,07 € | 116 684,07 € | 0,00 € | 12 653 976,38 € | 12 653 976,38 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R01 - Operações Orçamentais [1] | 12 770 661,00 € | 116 684,62 € | 0,00 € | 12 770 660,45 € | 116 684,07 € | 12 770 660,45 € | 116 684,07 € | 116 684,07 € | 0,00 € | 12 653 976,38 € | 12 653 976,38 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R02 - Devolução do saldo oper. orçamentais | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R03 - Operações de tesouraria [A] | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| R04 - Recebimento do saldo devolvido por terceiros | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Total | 25 576 362,00 € | -51 754,36 € | 1 686 684,68 € | 30 459 456,96 € | 6 520 009,28 € | 24 456 286,26 € | 467 461,18 € | 467 461,18 € | 42 320,18 € | 23 946 506,90 € | 23 988 825,08 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |

➤ **Orçamento da receita**

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional dispôs, de um orçamento inicial aprovado para o desenvolvimento das suas atividades que totalizou 11.632.259€.

As principais receitas da CCDR LVT, segundo o art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, diploma que aprovou a Lei Orgânica das CCDR, que constituem receitas destas entidades as dotações que lhes forem atribuídas pelo Orçamento de Estado e as receitas próprias elencadas no n.º 2 do referido art.º 9.º, tais com, as taxas devidas pelos serviços de licenciamento, produtos da venda de bens ou da prestação de serviços, no âmbito das suas atribuições, juros das aplicações financeiras efetuadas junto do Tesouro, transferências relativas a fundos estruturais; coimas em processos de contraordenação ambiental.

Os recursos financeiros são classificados no orçamento da CCDR LVT nas seguintes fontes de financiamento e montantes de acordo com o seguinte quadro:

Orçamento da Receta - Variação por FF

| FF | Designação | Orçamento Inicial | Orçamento Corrigido | Variação Absoluta |
|-----|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| 311 | RI não afetas a projetos cofinanciados | 2 500 000 € | 2 500 000 € | 0 € |
| 351 | RI afetas a projetos cofinanciados | 200 000 € | 200 000 € | 0 € |
| 358 | Saldo de RG Afetas a Projetos Cofinanciados | 0 € | 588 592 € | 588 592 € |
| 361 | RP afetas a projetos cofinanciados | 244 444 € | 659 182 € | 414 738 € |
| 368 | Saldo de RP afetas a projetos cofinanciados | 0 € | 12 215 € | 12 215 € |
| 414 | FEDER - Lisboa 2020 | 1 644 866 € | 1 653 823 € | 8 957 € |
| 417 | FEDER - POAT | 22 385 € | 64 050 € | 41 664 € |
| 482 | Outros | 0 € | 3 147 € | 3 147 € |
| 483 | PRR - Subvenções | 3 000 000 € | 3 548 443 € | 548 443 € |
| 488 | Saldo Fundos Europeus | 0 € | 575 597 € | 575 597 € |
| 513 | Recetas proprias | 4 020 563 € | 4 020 563 € | 0 € |
| 522 | Saldo receitas transitadas | 0 € | 11 594 257 € | 11 594 257 € |
| 541 | Transferencia RP entre Organismis | 0 € | 156 493 € | 156 493 € |
| | Total | 11 632 259 € | 25 576 362 € | 13 944 103 € |

A variação entre o orçamento inicial e o orçamento corrigido resultou do efeito agregado das seguintes situações:

- Integração dos saldos de gerência anterior das diversas fontes de financiamento, no montante de 12.125.250€;
- Aumento da receita própria afeta a projetos cofinanciados, no montante de 414.738€ é proveniente da taxa de gestão de resíduos;
- Aumento da receita no âmbito do PRR em 548.443€;
- Transferência de receita própria entre organismos, no montante de 156.493€.

Em resultado destas alterações, o orçamento corrigido da CCDD LVT em 2022 ascendeu 25.576.362€, compreendendo uma variação positiva de 13.944.103€, conforme quadro acima.

Face ao período homólogo de 2021, existiu um aumento em 36% e 46% face à previsão inicial e corrigidas respetivamente, conforme quadro abaixo:

Orçamento da Receita - Variação por FF

| FF | Designação | ANO 2022 | | ANO 2021 | | Variação (2022/2021) | |
|-----|--|---------------------|---------------------|--------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| | | Orçamento Inicial | Orçamento Corrigido | Orçamento Inicial | Orçamento Corrigido | Orçamento Inicial | Orçamento Corrigido |
| 311 | RI não afetas a projetos cofinanciados | 2 500 000 € | 2 500 000 € | 2 700 000 € | 2 700 000 € | -7,4% | -7,4% |
| 351 | RI afetas a projetos cofinanciados | 200 000 € | 200 000 € | 300 000 € | 300 000 € | -33,3% | -33,3% |
| 358 | SalDOS de RG Afetas a Projetos Cofinanciados | 0 € | 588 592 € | 0 € | 588 908 € | 0,0% | -0,1% |
| 361 | RP afetas a projetos cofinanciados | 244 444 € | 659 182 € | 153 878 € | 164 272 € | 58,9% | 301,3% |
| 368 | SalDOS de RP afetas a projetos cofinanciados | 0 € | 12 215 € | 0 € | 12 215 € | 0,0% | 0,0% |
| 414 | FEDER - Lisboa 2020 | 1 644 866 € | 1 653 823 € | 1 532 460 € | 1 397 335 € | 7,3% | 18,4% |
| 417 | FEDER - POAT | 22 386 € | 64 050 € | 0 € | 161 574 € | 100,0% | -60,4% |
| 482 | Outros | 0 € | 3 147 € | 3 460 € | 3 460 € | -100,0% | -9,0% |
| 483 | PRR - Subvenções | 3 000 000 € | 3 548 443 € | 0 € | 0 € | 100,0% | 100,0% |
| 488 | SalDOS Fundos Europeus | 0 € | 575 597 € | 0 € | 243 464 € | 0,0% | 136,4% |
| 513 | Receitas próprias | 4 020 563 € | 4 020 563 € | 3 893 540 € | 3 883 146 € | 3,3% | 3,5% |
| 522 | Saldo receitas transitadas | 0 € | 11 594 257 € | 0 € | 8 036 002 € | 0,0% | 44,3% |
| 541 | Transferencia RP entre Organismis | 0 € | 156 493 € | 0 € | 220 000 € | 0,0% | -28,9% |
| | | 11 632 259 € | 25 576 362 € | 8 583 338 € | 17 710 376 € | 35,5% | 44,4% |

Relativamente ao período homólogo, verifica-se um acréscimo de 35,5% face ao orçamento inicial e 44,4% do orçamento corrigido. Este acréscimo é essencialmente devido à inscrição da dotação referente ao Plano de Recuperação e Resiliência e ao aumento dos saldos transitados nas diferentes fontes de financiamento.

➤ Execução Orçamental da Receita

Em 2022 o orçamento das previsões corrigidas dispunha de um saldo de 25.576.362€, e foi cobrada receita no montante de 23.988.825€, com uma taxa de execução de 94%, conforme quadro.

Comparação da Receita do Orçamento de 2022 e 2021

| Classificação Económica | | ANO 2022 | | | | | ANO 2021 | | | Variação 2022/2021 | |
|-------------------------|--------------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------|---------------|------------------------|------------------------|------------------|-----------------------|---------------|
| Agrup. | Designação | Orçamento Inicial | Orçamento Corrigido | Receita Cobrada | Taxa de execução | Peso | Orçamento Corrigido | Receita Cobrada | Taxa de execução | Absoluta | Percentual |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6)=(5)/(4) | (7)=(5)/total | (8) | (9) | (10)=(9)/(8) | (11)=(5-9) | (12)=(11)/(9) |
| 04 | Taxas, Multas e Outras Penalidades | 4 111 007,00 € | 4 459 745,00 € | 6 825 992,17 € | 153,1% | 28,5% | 3 839 818,00 € | 6 072 175,89 € | 158,1% | 753 816,28 € | 12,4% |
| 04.01 | Taxas | 4 031 007,00 € | 4 379 745,00 € | 6 791 170,72 € | 155,1% | 28,3% | 3 784 818,00 € | 5 992 180,13 € | 159,2% | 798 990,59 € | 13,3% |
| 04.01.17 | Taxas sobre licenciamentos diversos | 600 000,00 € | 534 000,00 € | 32 120,53 € | 6,0% | 0,1% | 510 000,00 € | 252 163,50 € | 49,4% | -220 042,97 € | -87,3% |
| 04.01.99 | Taxas diversas | 3 431 007,00 € | 3 845 745,00 € | 6 759 050,19 € | 175,8% | 28,2% | 3 254 818,00 € | 5 740 016,63 € | 176,4% | 1 019 033,56 € | 17,8% |
| 04.02 | Multas e outras penalidades | 80 000,00 € | 80 000,00 € | 34 821,45 € | 43,5% | 0,1% | 75 000,00 € | 79 995,76 € | 106,7% | -45 174,31 € | -56,5% |
| 04.02.04 | Coimas e penalidades contraordenação | 80 000,00 € | 80 000,00 € | 34 821,45 € | 43,5% | 0,1% | 75 000,00 € | 79 995,76 € | 106,7% | -45 174,31 € | -56,5% |
| 06 | Transferências correntes | 7 328 637,00 € | 7 925 814,00 € | 4 060 553,93 € | 51,2% | 16,9% | 4 689 818,00 € | 4 129 953,87 € | 88,1% | -69 399,94 € | -1,7% |
| 06.03.01 | Transf. Receita de Impostos | 2 700 000,00 € | 2 700 000,00 € | 2 487 149,48 € | 92,1% | 10,4% | 3 000 000,00 € | 2 599 928,69 € | 86,7% | -112 779,21 € | -4,3% |
| 06.03.05 | Transf. RP entre Organismos | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,0% | 0,0% | 160 000,00 € | 200 000,00 € | 125,0% | -200 000,00 € | -100,0% |
| 06.09.01 | Transf. - União Europeia | 4 628 637,00 € | 5 225 814,00 € | 1 573 404,45 € | 30,1% | 6,6% | 1 529 818,00 € | 1 330 025,18 € | 88,9% | 243 379,27 € | 18,3% |
| 07 | Vendas bens e serviços correntes | 131 000,00 € | 195 000,00 € | 243 824,75 € | 125,0% | 1,0% | 206 000,00 € | 228 704,81 € | 111,0% | 15 119,94 € | 6,6% |
| 08 | Outras receitas correntes | 22 000,00 € | 22 000,00 € | 0,00 € | 0,0% | 0,0% | 600,00 € | 0,00 € | 0,0% | 0,00 € | 0,0% |
| 10 | Transferências de capital | 38 615,00 € | 200 142,00 € | 187 109,39 € | 93,5% | 0,8% | 92 550,00 € | 76 573,58 € | 82,7% | 110 535,81 € | 144,4% |
| 17 | Reposições não abatidas | 1 000,00 € | 3 000,00 € | 17 368,46 € | 578,9% | 0,1% | 1 000,00 € | 2 236,14 € | 223,6% | 15 132,32 € | 676,7% |
| 16 | Saldo de Gerencia | 0,00 € | 12 770 661,80 € | 12 653 976,38 € | 99,1% | 52,7% | 8 880 589,00 € | 8 880 271,94 € | 100,0% | 3 773 704,44 € | 42,5% |
| | Total | 11 632 259,00 € | 25 576 362,00 € | 23 988 825,08 € | 93,8% | 100,0% | 17 710 378,00 € | 19 389 916,23 € | 109,5% | 4 598 908,85 € | 23,7% |

As receitas totais arrecadadas pela CCDR LVT, elevaram-se a 23.988.825€, contudo, atendendo a que este valor inclui os saldos de gerência do ano anterior, no montante de 12.653.976€, conclui-se que as receitas cobradas no período se cifraram em 11.334.848€, com um grau de execução de 89%, o que traduz um acréscimo de 825.204€ (+8%) face ao período homólogo de 2021.

As variações positivas das receitas cobradas, é justificada, essencialmente, pelo aumento da rubrica de taxas, multas e outras penalidades que totalizam 6.825.992€. Constituem a rubrica mais relevante da receita (153,1%) tende-se verificando um acréscimo de 753.816€, representativo de um aumento de 12,4% face ao período homólogo de 2021. Inclui as receitas provenientes das taxas de gestão de resíduos 6.759.050€, que representa 28,2% do total da receita do ano, superior em 17,8% face a 2021.

As vendas bens e serviços, representa apenas 1% do total da receita, verificando-se um acréscimo de 15.120€, que representa uma taxa 6.6% face ao ano de 2021.

Transferências de capital, onde se inclui a transferência da verba do Fundo Ambiental no âmbito do protocolo celebrado para a Rede de Monitorização da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo, no montante de 156.493€. Destas transferências resulta uma variação absoluta de 110.536€ e 144,4% percentual face ao período homólogo.

O saldo da gerência anterior representa 52,7% do total da receita de 2022, verificando-se um acréscimo de 42,5% face ao ano de 2021.

Em relação ao ano de 2021, verificou-se um acréscimo da receita cobrada em 4.598.909€ que corresponde a uma taxa de 23,72%, conforme quadro resume por fonte de financiamento.

Execução da receita por fonte financiamento

| Designação | Orçamento 2022 | | Receita cobrada | | Grau de Execução | | | Variações homóloga | |
|-----------------------------|-------------------|----------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------------|----------------|--------------------|---------------|
| | Previsão inicial | Previsões Corrigidas | 2022 | 2021 | Previsão inicial | Previsões Corrigidas | Peso Relativo | Absoluta | Relativa |
| Receita de impostos | 2 700 000 | 2 700 000 | 2 487 149 | 2 599 929 | 92,12% | 92,12% | 10,37% | -112 780 | -4,34% |
| Receita Propria | 4 265 007 | 4 836 238 | 7 243 678 | 6 563 116 | 169,84% | 149,78% | 30,20% | 680 562 | 10,37% |
| Financiamento da EU | 4 667 252 | 5 269 463 | 1 604 021 | 1 346 599 | 34,37% | 30,44% | 6,69% | 257 422 | 19,12% |
| saldos de gerencia anterior | 0 | 12 770 661 | 12 653 977 | 8 880 272 | 100,00% | 99,09% | 52,75% | 3 773 705 | 42,50% |
| Total | 11 632 259 | 25 576 362 | 23 988 825 | 19 389 916 | 206,23% | 93,79% | 100,00% | 4 598 909 | 23,72% |

Conclui-se que, apenas a receita de impostos (transferências no âmbito do orçamento de estado), teve uma diminuição em -112.780€ (-4,34%), as restantes fontes de financiamento tiveram um acréscimo acentuado face ao mesmo período homólogo.

2.1.2 – Enquadramento da Despesa

Demonstração orçamental da despesa

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa 01-01-2022 a 08-12-2022
 CCRRM7-Comissão Coordenadora Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

| Designação | Orçamento 2022 | Previsões Corrigidas | Receita cobrada | Grau de Execução | Variações homóloga | | Outras variações | | | | | | | | | | |
|----------------------------------|----------------|----------------------|-----------------|------------------|--------------------|----------|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | | Absoluta | Relativa | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | | | | |
| Despesa com pessoal | 12 917 210,00 | 12 917 210,00 | 12 917 210,00 | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Despesa com equipamento | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Despesa com materiais | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Despesa com serviços | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Despesa com outros recursos | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Despesa com encargos financeiros | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Despesa com encargos de juros | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Despesa com encargos de juros | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Despesa com encargos de juros | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Despesa com encargos de juros | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Despesa com encargos de juros | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 1 450 000,00 | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |

O orçamento inicial da despesa do ano de 2022 foi no montante de 11.632.259€, e a dotação corrigida de 20.340.118 €.

Por força do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 12/2022 de 27 junho, remetendo para o disposto no artigo 3.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março e para as alíneas c) e d) do n.º1 e n.º2 do artigo 4.º da Lei n.º 71/2018 de 31 dezembro, foi aplicada uma cativação no montante de **437.708€** e nos termos do n.º7 do artigo 4.º da Lei n.º 71/2018 conjugado com a alínea c) do n.º1 artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 junho, um cativo adicional de **2.800€**.

Orçamento da Despesa - Variação por FF

| F. DE FINANCIAMENTO | Orçamento inicial | Orçamento Corrigido | Cativos Líquidos + Reserva |
|--|---------------------|---------------------|----------------------------|
| 311 RI não afetas a projetos cofinanciados | 2 500 000 € | 2 500 000 € | 0 € |
| 351 RI afetas a projetos cofinanciados | 200 000 € | 200 000 € | 0 € |
| 361 RP afetas a projetos cofinanciados | 244 444 € | 659 182 € | 0 € |
| 414 FEDER - Lisboa 2020 | 1 644 866 € | 1 653 823 € | 0 € |
| 417 FEDER -POAT | 22 386 € | 64 050 € | 0 € |
| 482 Outros | 0 € | 3 147 € | 0 € |
| 483 Plano de Resiliência e Recuperação | 3 000 000 € | 3 548 443 € | 0 € |
| 488 Saldos Fundos Europeus | 0 € | 534 417 € | 0 € |
| 513 Receitas próprias | 4 020 563 € | 4 020 563 € | 440 508 € |
| 522 Saldos Receita Propria | - € | 7 000 000 € | 0 € |
| 541 Transf. RP entre Organismos | 0 € | 156 493 € | 0 € |
| Total | 11 632 259 € | 20 340 118 € | 440 508 € |

O aumento das dotações corrigidas em 11.266.867€, foi originado essencialmente com a inscrição de mais um projeto no âmbito do PRR (FF483), com o aumento dos saldos de fundos comunitários (FF488), e com a contabilização da utilização de saldo transitado (FF522) para a constituição de uma aplicação em CEDIC- Certificados Especiais de Divida de Curto Prazo- junto do IGCP, EP.

Face ao período homólogo de 2021, existiu um aumento no total das dotações iniciais em 36%, nas dotações corrigidas em 124%, assim como nos cativos líquidos e reservas, conforme quadro abaixo:

Orçamento da Despesa - Variação por FF

| F. DE FINANCIAMENTO | ANO 2022 | | | ANO 2021 | | | Variação 2022/2021 | | |
|--|---------------------|---------------------|----------------------------|--------------------|---------------------|----------------------------|--------------------|---------------------|----------------------------|
| | Orçamento inicial | Orçamento Corrigido | Cativos Líquidos + Reserva | Orçamento inicial | Orçamento Corrigido | Cativos Líquidos + Reserva | Orçamento inicial | Orçamento Corrigido | Cativos Líquidos + Reserva |
| 311 RI não afetas a projetos cofinanciados | 2 500 000 € | 2 500 000 € | 0 € | 2 700 000 € | 2 700 000 € | 0 € | -7% | -7% | 0% |
| 351 RI afetas a projetos cofinanciados | 200 000 € | 200 000 € | 0 € | 300 000 € | 300 000 € | 0 € | -33% | -33% | 0% |
| 361 RP afetas a projetos cofinanciados | 244 444 € | 659 182 € | 0 € | 153 878 € | 164 272 € | 0 € | 59% | 301% | 0% |
| 414 FEDER - Lisboa 2020 | 1 644 866 € | 1 653 823 € | 0 € | 1 532 460 € | 1 397 335 € | 0 € | 7% | 18% | 0% |
| 417 FEDER -POAT | 22 386 € | 64 050 € | 0 € | 0 € | 161 574 € | 0 € | 0% | -60% | 0% |
| 482 Outros | 0 € | 3 147 € | 0 € | 3 460 € | 3 460 € | 0 € | -100% | -9% | 0% |
| 483 Plano de Resiliência e Recuperação | 3 000 000 € | 3 548 443 € | 0 € | 0 € | 0 € | 0 € | 100% | 100% | 0% |
| 488 Saldos Fundos Europeus | 0 € | 534 417 € | 0 € | 0 € | 243 464 € | 0 € | 0% | 120% | 0% |
| 513 Receitas próprias | 4 020 563 € | 4 020 563 € | 440 508 € | 3 893 540 € | 3 883 146 € | 12 474 € | 3% | 4% | 3431% |
| 522 Saldos Receita Propria | 0 € | 7 000 000 € | 0 € | 0 € | 0 € | 0 € | 0% | 100% | 0% |
| 541 Transf. RP entre Organismos | 0 € | 156 493 € | 0 € | 0 € | 220 000 € | 40 000 € | 0% | -29% | -100% |
| Total | 11 632 259 € | 20 340 118 € | 440 508 € | 8 583 338 € | 9 073 251 € | 52 474 € | 36% | 124% | 739% |

A justificação para este aumento no orçamento inicial e no orçamento corrigido, foram referidas no ponto anteriormente. No que diz respeito á cativação verifica-se que em 2022 não houve lugar á descativação, ao contrário do que se verificou no ano de 2021.

➤ Execução Orçamental da Despesa

Execução orçamental da despesa por rubrica

| Classificação Económica | | ANO 2022 | | | | | ANO 2021 | | | Variação 2022/2021 | |
|-------------------------|---|----------------------|----------------------|----------------------|------------------|---------------|---------------------|---------------------|------------------|---------------------|----------------|
| Agrup. | Designação | Orçamento Inicial | Orçamento Corrigido | Despesa Paga | Taxa de execução | Peso | Orçamento Corrigido | Despesa Paga | Taxa de execução | Absoluta | Percentual |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6)=(5)/(4) | (7)=(5)/(6) | (8) | (9) | (10)=(9)/(8) | (11)=(5-9) | (12)=(11)/(9) |
| | Despesas com o pessoal | 5 073 776,00 | 5 565 446,00 | 4 598 061,60 | 82,62% | 63,23% | 5 638 309,00 | 4 459 541,85 | 79,09% | 138 619,75 | 3,11% |
| O1 1 | - Remunerações Certas e Permanentes | 4 047 972,00 | 4 450 167,00 | 3 708 126,88 | 83,33% | 50,99% | 4 549 552,00 | 3 599 689,76 | 79,12% | 108 437,12 | 3,01% |
| O1 2 | - Abonos Variáveis ou Eventuais | 45 548,00 | 48 905,00 | 23 063,90 | 47,16% | 0,32% | 50 305,00 | 25 853,53 | 51,39% | -2 789,63 | -10,79% |
| O1 3 | - Segurança Social | 980 255,00 | 1 066 374,00 | 866 870,82 | 81,29% | 11,92% | 1 038 452,00 | 833 998,56 | 80,31% | 32 872,26 | 3,94% |
| O2 | Aquisição de bens e serviços | 2 906 671,00 | 3 765 312,00 | 1 790 877,55 | 47,69% | 24,63% | 2 796 006,00 | 1 873 768,64 | 67,02% | -82 891,09 | -4,42% |
| | - Aquisição de bens | 114 263,00 | 134 525,00 | 93 808,31 | 69,73% | 1,29% | 133 975,00 | 99 191,76 | 74,04% | -5 383,45 | -5,43% |
| | - Aquisição de serviços | 2 791 308,00 | 3 620 787,00 | 1 697 069,24 | 46,87% | 23,34% | 2 662 030,00 | 1 774 576,88 | 66,66% | -77 507,64 | -4,37% |
| O3 | Juros e outros encargos | 200,00 | 690,00 | 498,66 | 72,27% | 0,01% | 3 036,00 | 1 860,02 | 61,27% | -1 361,36 | -73,19% |
| O4 | Transferências e subsídios correntes | 3 051 000,00 | 3 194 430,00 | 443 778,60 | 13,89% | 6,10% | 87 566,00 | 45 739,02 | 52,23% | 398 039,58 | 870,24% |
| D4 1.1.5 | - Administração Local | 3 000 000,00 | 3 115 200,00 | 375 190,39 | 12,04% | 5,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 375 190,39 | 100,00% |
| D4 1.3 | - Famílias | 6 000,00 | 31 300,00 | 26 323,21 | 84,10% | 0,36% | 5 500,00 | 4 680,02 | 85,09% | 21 643,19 | 462,46% |
| D4 1.4 | - Resto do Mundo | 45 000,00 | 47 930,00 | 42 265,00 | 88,18% | 0,58% | 82 066,00 | 41 059,00 | 50,03% | 1 206,00 | 2,94% |
| O5 | Outras despesas correntes | 121 625,00 | 121 135,00 | 7 909,98 | 6,53% | 0,11% | 116 185,00 | 14 906,20 | 12,83% | -6 996,22 | -46,03% |
| | - Outras | 121 625,00 | 121 135,00 | 7 909,98 | 6,53% | 0,11% | 116 185,00 | 14 906,20 | 12,83% | -6 996,22 | -46,93% |
| O6 | Despesa de capital | 480 088,00 | 703 105,00 | 431 149,43 | 61,32% | 5,93% | 432 150,00 | 223 440,05 | 51,70% | 207 709,38 | 92,96% |
| | - Aquisição de bens de capital | 480 088,00 | 703 105,00 | 431 149,43 | 61,32% | 5,93% | 432 150,00 | 223 440,05 | 51,70% | 207 709,38 | 92,96% |
| O7 | Transferência e subsídios de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | - Administração Central - Estado Português | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | - Entidades do setor não lucrativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | - Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | - Resto do mundo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | Total s/ativos financeiros | 11 632 259,00 | 13 340 118,00 | 7 272 275,82 | 54,51% | 100,00 | 9 073 251,00 | 6 619 255,78 | 72,95% | 653 020,04 | 9,87% |
| O9 | Despesa com ativos financeiros | 0,00 | 7 000 000,00 | 7 000 000,00 | 100% | 49,05% | 0,00 | 0,00 | 0% | 7 000 000,00 | 100,00% |
| | Total c/ativos financeiros | 11 632 259,00 | 20 340 118,00 | 14 272 275,82 | 70,17% | 100% | 9 073 251,00 | 6 619 255,78 | 72,95% | 7 653 020,04 | 84,35% |

A despesa paga em 2022, cifrou-se nos 14.272.276€, correspondendo a um grau de execução da despesa foi de 70,17%, mas para este grau de execução contribuiu a despesa de ativos financeiros que resultou da aplicação de 7 M€ em CEDIC. Para efeitos de análise, não se considera a despesa com ativos financeiros, trata-se de uma operação contabilísticas de fluxos orçamentais e não comparável com o ano anterior.

Assim a despesa paga em 2022 foi de 7.272.276€, correspondendo a um grau de execução da despesa de 54,51%. Comparando com o ano de 2021, verificou-se um acréscimo de 653.020€ da despesa paga, representando uma variação positiva de 9,87%, em parte justificada com a execução dos projetos no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência.

As despesas com o pessoal representam a maior fatia de gastos da CCDR LVT. Totalizaram 4.598.062€, representando 63,23% das despesas pagas no período, tendo apresentado uma variação positiva de 3,11%, que totalizou um acréscimo de 138.520€, face ao período homólogo. Este aumento deve-se por um lado ao aumento remuneratório e a novos recrutamentos.

A rubrica de aquisição de bens e serviços totalizou 1.790.878€, evidenciado um peso relativo de 24,63% da despesa paga. Verificando-se uma variação negativa de -4,42% por via da diminuição de novas aquisições de bens e serviços em 2022.

A rubrica de transferências e subsídios correntes, ascendeu a 443.779€, representando 6,10% da despesa paga no período. Esta rubrica foi onde se verificou um maior acréscimo face ao período anterior traduzindo-se um acréscimo de 398.040€ (870,24%), compreende em grande parte, a despesa paga aos municípios de Setúbal (260.000€) e Rio Maior (115.190€), no âmbito do PRR e nas componentes - C07-

i04.02AAE- Acessibilidades Rodoviárias e E-C07-I101.03- Áreas de Acolhimento Empresarial. Enquanto no ano de 2021 as despesas pagas neste item foram os pagamentos das bolsas de estágios na Administração Pública e a quota como membro da CRPM/CAA.

Na rubrica despesas com capital, também se verificou um acréscimo acentuado face ao período homólogo, de 92,96%, a que corresponde um aumento de 207.709€. Este aumento resultou da aquisição do novo software do SIGANP, e aquisição de material para as estações da Rede de Monitorização e Qualidade do AR na RLVT.

Quanto ao detalhe da despesa executada por fonte de financiamento, constatou-se que 34,2% da despesa do período foi paga com recurso a receita de impostos, transferências diretas do Orçamento do Estado. Estas apenas suportam parte (54%) da totalidade dos encargos com o pessoal da CDDR LVT. A receita própria e os saldos de gerência anterior foram as fontes que tiveram maior peso face à despesa paga.

Execução da despesa por fonte de financiamento

| F. DE FINANCIAMENTO | Orçamento 2022 | | Despesa Paga | | Grau de Execução | | | Variação Homóloga | |
|--|-----------------------|-------------------------|--------------------|--------------------|-------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|----------------------|----------------------|
| | Orçamento Inicial (1) | Orçamento corrigido (2) | 2022 (3) | 2021 (4) | Orçamento Inicial (5)-(3)/(1) | Orçamento corrigido (6)-(3)/(2) | Peso Relativo (7)-(3)/(Despesa total) | Absoluta (8)-(3)-(4) | Relativa (9)-(8)/(4) |
| Receita de impostos | 2 700 000 | 2 700 000 € | 2 487 149 | 2 599 929 € | 92,12% | 92,12% | 34,20% | -112 779 | -4,34% |
| Receita Própria | 4 265 007 € | 4 836 238 € | 3 214 306 € | 3 004 861 € | 75,36% | 66,46% | 44,20% | 209 445 | 6,97% |
| Financiamento EU | 4 667 252 | 5 269 463 € | 1 159 076 | 814 339 € | 24,83% | 22,00% | 15,94% | 344 737 | 42,33% |
| Saldos da gerência anterior (s/ativos financeiros) | 0 | 534 417 € | 411 744 | 200 127 € | 100,00% | 77,05% | 5,66% | 211 617 | 105,74% |
| | 11 632 259 € | 11 340 118 € | 7 272 276 € | 6 619 256 € | 62,52% | 54,51% | 100,00% | 653 020 € | 9,87% |

Face ao período homólogo, conclui-se que, apenas a receita de impostos (transferências no âmbito do orçamento de estado), teve uma diminuição em -112.779€ (-4,34%), as restantes fontes de financiamento tiveram um acréscimo acentuado.

Execução orçamental- Medidas 095 e 096- Covid19

Com o surgimento da pandemia Covid19, com o seu impacto mais direto a partir do mês de março/2020, as entidades foram obrigadas a incorrer em gastos adicionais, quer ao nível das despesas correntes quer ao nível de despesas de capital (com aquisição de equipamentos informáticos).

Visando um controlo mais direto da receita e despesa originada pela pandemia, foram criadas pela DGO duas medidas temporárias para imputação de todas as dotações de receita e despesa:

Medida 095 – “Contingência COVID 2019 - prevenção, contenção, mitigação e tratamento” – Para as despesas diretamente decorrentes no domínio da prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica;

Medida 096 – “Contingência COVID 2019 – garantir normalidade” - despesas indiretamente decorrentes dos constrangimentos causados pela pandemia e que se relacionem com a reposição da normalidade administrativa do funcionamento das instituições.

A CCDR LVT apenas executou despesa na **Medida 096**, pelo que se apresenta de seguida um resumo da execução orçamental da medida acima descrita, representando igualmente uma análise da receita e despesa no âmbito da pandemia durante estes três anos.

COVID19- Execução Orçamental Receita no âmbito da circular série A nº 1398-medida 096

| RCE | Receita Cobrada 2022 | Receita Cobrada 2021 | Receita Cobrada 2020 | Varição 2022/2021 | RCE | Despesa Executada 2022 | Despesa Executada 2021 | Despesa Executada 2020 | Varição 2022/2021 |
|----------|----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|--------------|------------------------|------------------------|------------------------|-------------------|
| 04.01.99 | 40 | 1 392 | 5 000 | -1 352 | 02.01.21 | 37 | 474 | 2 750 | -437 |
| | | | | | 02.02.02 | 0 | 0 | 1 903 | 0 |
| | | | | | Total | 37 | 474 | 4 654 | -437 |

Relativamente à despesa efetuada no âmbito da pandemia Covid19, evidenciam-se apenas os gastos com aquisição de luvas.

2.3– Saldos da Gerência

O saldo orçamental para a gerência seguinte ascende a 16.716.549€, originado pelo saldo gerado na atividade desenvolvida em 2022, no montante de 4.474.327€, ao qual acresce o saldo das gerências anteriores no valor de 12.242.233€. Verifica-se um acréscimo de 35 % face ao saldo do ano anterior.

Execução - Receita/Despesa

| Designação | Receita cobrada | Despesa Paga | Saldo a transitar | Taxa execução |
|-----------------------------|-------------------|------------------|-------------------|---------------|
| Receita de impostos | 2 487 149 | 2 487 149 | 0 | 100,00% |
| Receita Propria | 7 243 678 | 3 214 306 € | 4 029 372 | 44,37% |
| Financiamento da EU | 1 604 021 | 1 159 076 | 444 945 | 72,26% |
| saldos de gerencia anterior | 12 653 977 | 411 744 | 12 242 233 | 3,25% |
| Total | 23 988 825 | 7 272 276 | 16 716 549 | 30,32% |

O saldo para a gerência seguinte de operações de tesouraria assume o montante de 739.346€, perfazendo um saldo global de 17.455.895€

3-ANÁLISE FINANCEIRA

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Face à pandemia COVID-19, a entidade admite a exposição ao risco associado, podendo o mesmo traduzir-se em perdas e atrasos operacionais relevantes no ano 2022, não passíveis ainda de quantificação relativamente ao seu impacto financeiro. No entanto, considera que estas contingências não colocam em acusa a continuidade das suas operações.

Pelo que, após o encerramento do período e até à elaboração do presente relatório de gestão, não se registaram outros fatos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.



3.1- Análise ao Balanço

Balanço

| RUBRICAS | | NOTAS | DATAS | |
|------------------------------------|--|-------------|----------------------|----------------------|
| Ativo | | | 2021 | 2021 |
| 43 + 453 + 4553 - 4593 - 45953 | Ativo não corrente | 5 | 747 538,02 | 663 538,92 |
| 42 + 452 + 4552 - 4592 - 45952 | Ativos fixos tangíveis | | 0,00 | 0,00 |
| 44 + 454 + 4554 - 4594 - 45954 | Propriedades de Investimento | | 0,00 | 0,00 |
| 372 + 378 - 3792 + 3922 - 39922 | Ativos intangíveis | 3 | 148 774,31 | 33 818,29 |
| 4111 + 4112 + 4121 + 4122 + 4131 | Ativos biológicos | | 0,00 | 0,00 |
| 20322 - 20922 | Participações financeiras | | 0,00 | 0,00 |
| 2112 + 21312 + 21322 + 21332 + | Devedores por empréstimos bonificados e | | 0,00 | 0,00 |
| 21342 + 21392 + 21412 + 21422 + | Clientes, contribuintes e utentes | | 0,00 | 0,00 |
| 26622 + 268122 - 269422 - 269922 | Acionistas/sócios/associados | | 0,00 | 0,00 |
| 28112 + 28192 | Diferimentos | | 0,00 | 0,00 |
| 278622 - 27953 + 4113 + 4123 + | Outros ativos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| 4171 + 4141 + 415 + 4107 + 4107 + | Ativos por impostos diferidos | | 0,00 | 0,00 |
| 2741 | Outras contas a receber | | 0,00 | 0,00 |
| 27012 + 27812 + 27822 + 2789112 | | | | |
| + 2780192 - 27917 - 27937 - 27942 | | | | |
| | | | 896 312,33 | 697 357,21 |
| | Ativo corrente | | | |
| 2 + 33 + 34 + 35 + 36 + 391 - 3991 | Inventários | | 0,00 | 0,00 |
| 371 - 3791 + 3921 - 39921 | Ativos biológicos | | 0,00 | 0,00 |
| 201 + 205 | Devedores por transferências e subsídios não | | 0,00 | 0,00 |
| 2031 + 20321 - 2091 - 20921 | Devedores por empréstimos bonificados e | | 0,00 | 0,00 |
| 2111 + 212 + 21311 + 21321 + | Clientes, contribuintes e utentes | 13,14,18,20 | 3 048 299,10 | 3 137 419,27 |
| 21331 + 21341 + 21391 + 21411 + | | | | |
| 2411 + 2412 + 2413 + 2418 + | Estado e Outros Entes Públicos | | 0,00 | 0,00 |
| 261 + 262 + 263 + 2642 + 2661 + | Acionistas/sócios/associados | | 0,00 | 0,00 |
| 26871 + 26881 + 26971 - 2691 | Outras contas a receber | 20 | 830,91 | 6 232,59 |
| 2081 + 228 + 232 + 23802 + 23812 | Diferimentos | 20 | 168 829,39 | 163 969,72 |
| +23822 + 27011 + 2713 + 2720 + | Ativos financeiros detidos para negociação | | 0,00 | 0,00 |
| 28111 + 28191 | Outros ativos financeiros | | 7 000 000,00 | 0,00 |
| 1411 + 1421 + 1422 + 1423 + 14291 | Ativos não correntes detidos para venda | | 0,00 | 0,00 |
| + 27861 + 278621 - 27951 - 27952 | Caixa e depósitos | | 10 455 895,06 | 13 024 437,17 |
| 461 + 468 - 4691 - 4698 | | | 20 673 854,46 | 16 332 058,75 |
| 11 + 12 + 13 | | | | |
| | Total do ativo | | 21 570 166,79 | 17 029 415,96 |
| | Património Líquido | | | |
| 51 | Património/Capital | 18 | 2 129 984,61 | 2 129 984,61 |
| 52 | Ações (quotas) próprias | | 0,00 | 0,00 |
| 53 | Outros instrumentos de capital próprio | | 0,00 | 0,00 |
| 54 | Prémios de emissão | | 0,00 | 0,00 |
| 55 | Reservas | | 0,00 | 0,00 |
| 56 | Resultados transitados | 18 | 12 276 337,82 | 8 658 727,67 |
| 57 | Ajustamentos em ativos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| 58 | Excedentes de revalorização | | 0,00 | 0,00 |
| 59 | Outras variações no património líquido | 18 | -3 208 697,38 | -3 237 347,36 |
| 818 | Resultado líquido do período | 18 | 4 255 758,25 | 3 617 610,15 |
| 89 | Dividendos antecipados | | 0,00 | 0,00 |
| Só nas demonstrações financeiras | Interesses que não controlam | | 0,00 | 0,00 |
| | | | 15 453 383,30 | 11 168 975,07 |
| | Passivo | | | |
| | Passivo não corrente | | | |
| 29 | Provisões | 15 | 388 047,99 | 388 047,99 |
| 20422 + 251122 + 2513122 + | Financiamentos obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| 2513222 + 2513322 + 2513422 + | Fornecedores de investimentos | | 0,00 | 0,00 |
| 27112 + 27162 | Fornecedores | | 0,00 | 0,00 |
| 2212 + 2262 | Responsabilidades por benefícios pós-emprego | | 0,00 | 0,00 |
| 273 | Diferimentos | | 0,00 | 0,00 |
| 28222 + 282392 + 2824012 + | Passivos por impostos diferidos | | 0,00 | 0,00 |
| 2824022 + 2824032 + 2824042 + | Outras contas a pagar | | 0,00 | 0,00 |
| 2742 | | | | |
| 7832 + 2789212 + 2789292 + 27712 | | | 388 047,99 | 388 047,99 |
| | Passivo corrente | | | |
| 202 + 206 | Credores por transferências e subsídios não | | 0,00 | 0,00 |
| 2211 + 222 + 225 + 2261 | Fornecedores | | 0,00 | 0,00 |
| 218 + 276 | Adiantamentos de clientes, contribuintes e | | 0,00 | 0,00 |
| 2414 + 2417 + 24191 + 242 + 2433 | Estado e Outros Entes Públicos | | 0,00 | 0,00 |
| + 24342 + 243492 + 2436 + 24392 | Acionistas/sócios/associados | | 0,00 | 0,00 |
| 2641 + 265 + 2682 | Financiamentos obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| 2041 + 20421 + 25111 + 251121 + | Fornecedores de investimentos | | 0,00 | 0,00 |
| 2512 + 251311 + 2513121 + 251321 | Outras contas a pagar | 18 | 4 476 733,81 | 4 191 520,14 |
| + 2513221 + 251331 + 2513321 + | Diferimentos | 20 | 1 252 001,69 | 1 280 872,76 |
| 27111 + 2712 + 27161 | Passivos financeiros detidos para negociação | | 0,00 | 0,00 |
| 2082 + 231 + 23801 + 23811 + | Outros passivos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| 23821 + 2722 + 275 + 27831 + | | | | |
| 2821 + 28221 + 28231 + 28232 + | | | | |
| 282391 + 2824011 + 2824021 + | | | | |
| 1412 + 14292 | | | | |
| 1432 | | | | |
| | | | 5 728 735,50 | 5 472 392,90 |
| | Total do Passivo | | 6 116 783,49 | 5 860 440,89 |
| | Total do Património Líquido e Passivo | | 21 570 166,79 | 17 029 415,96 |

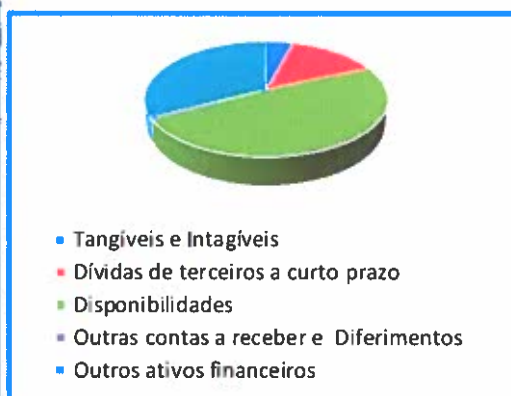
A estrutura patrimonial da CCDR LVT encontra-se resumida no balanço sintético. Este documento pretende efetuar uma análise da evolução das principais rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados.

| Ativo | 2022 | 2021 | Fundos Próprios e Passivo | 2022 | 2021 |
|--|------------------------|------------------------|-----------------------------------|------------------------|------------------------|
| Tangíveis e Intangíveis | 896 312,33 € | 697 357,21 € | Fundos próprios | 15 453 383,30 € | 11 168 975,07 € |
| Clientes, Contribuintes e utentes | 3 048 299,10 € | 3 137 419,27 € | Fornecedores | - € | - € |
| Disponibilidades | 10 455 895,06 € | 13 024 437,17 € | Dívidas a terceiros a curto prazo | 4 476 733,81 € | 4 191 520,14 € |
| Outras contas a receber e Diferimentos | 169 660,30 € | 170 202,31 € | Diferimentos | 1 252 001,69 € | 1 280 872,76 € |
| Outros ativos financeiros | 7 000 000,00 € | 0,00 € | Provisões para riscos e encargos | 388 047,99 € | 388 047,99 € |
| TOTAL | 21 570 166,79 € | 17 029 415,96 € | TOTAL | 21 570 166,79 € | 17 029 415,96 € |

É de referir que o Balanço reflete a regra do equilíbrio, ou seja, o total dos ativos (21.570.166,79€) é igual à soma do total dos fundos próprios (15.453.383,30€) com o total do passivo (6.116.783,49€).

❖ Ativo

| Ativo | 2022 | 2021 |
|--|------------------------|------------------------|
| Ativo não corrente | 896 312,33 € | 697 357,21 € |
| Tangíveis e Intangíveis | 896 312,33 € | 697 357,21 € |
| Ativo Corrente | 20 673 854,46 € | 16 332 058,75 € |
| Dívidas de terceiros a curto prazo | 3 048 299,10 € | 3 137 419,27 € |
| Disponibilidades | 10 455 895,06 € | 13 024 437,17 € |
| Outras contas a receber e Diferimentos | 169 660,30 € | 170 202,31 € |
| Outras contas a receber e Diferimentos | 169 660,30 € | 170 202,31 € |
| Outros ativos financeiros | 7 000 000,00 € | 0,00 € |
| TOTAL | 21 570 166,79 € | 17 029 415,96 € |



A **dívida a clientes, contribuintes e utentes**, que representa 14% do total do ativo, é composta por verbas decorrentes da atividade sobre guias que foram emitidas, mas ainda não cobradas (referentes a processos de contraordenação) num total de cerca de 3 M€, e implicando um valor das imparidades de 45 mil € (sendo o montante de 57.536,50€ as imparidades registadas no período e 102.537,33€ reversões de imparidades registadas no período). De referir que as imparidades acumuladas respeitam a receitas que, à data do fecho de contas, se encontravam por arrecadar no que respeita a guias emitidas e não pagas.

O ativo da CCDR LVT a 31 de dezembro de 2022 ronda os 21,5 M€, determinado pelos 10,4 M€ em **disponibilidades** (representam 48% do total), cujo valor inclui saldo afeto aos orçamentos de funcionamento (8,8M€) e de investimento (1,6M€).

O AFT e o AI da CCDR, que constitui 4% do ativo total, encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo o valor líquido de 896.312,33€. A comparação com o seu valor bruto (6,4M€) indicia que os equipamentos em utilização se encontram num estado bastante avançado da sua vida útil estimada (como é o caso da frota automóvel). As depreciações e amortizações acumuladas dos AFT e AI ascendem a 5,5M€.

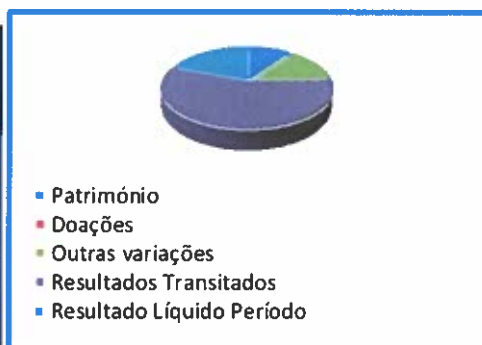
| Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis | 2022 | | | 2021 |
|--|-----------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| | QBF | DA | QBF | |
| Equipamento básico | 2 065 619,12 € | 1 555 465,33 € | 510 153,79 € | 497 159,80 € |
| Equipamento de transporte | 53 714,27 € | 50 136,42 € | 3 577,85 € | 3 979,12 € |
| Equipamento administrativo | 2 756 687,32 € | 2 522 880,94 € | 233 806,38 € | 162 400,00 € |
| Outros ativos tangíveis | 3 046,99 € | 3 046,99 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Programas de computador e sistemas de informação | 1 519 951,83 € | 1 371 177,52 € | 148 774,31 € | 33 818,29 € |
| TOTAL | 6 399 019,53 € | 5 502 707,20 € | 896 312,33 € | 697 357,21 € |

Como referido nos pontos 3 e 5 do anexo às demonstrações financeiras foi aplicado aos ativos fixos intangíveis e tangíveis o Classificador Complementar 2 (CC2) do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2105, de 11 de setembro. Da sua conversão e aplicação verifica-se que alguns bens sofreram alterações na sua classificação. No entanto e à semelhança do registado em anos anteriores, o equipamento básico continua a representar a maioria do total do imobilizado (57%). Os equipamentos administrativos cerca de (26%) do imobilizado e os programas de computador e sistema de informação (17%). De referir que as aquisições realizadas no decurso do ano de 2022 tem vindo a permitir reverter a tendência decrescente dos respectivos ativos. Destaca-se ainda o facto de se encontrarem totalmente depreciados os bens classificados noutros ativos tangíveis.

Por último, outras contas a receber e diferimentos, cujo peso no activo é de 1% e verifica-se uma diminuição face a 2021, e outros ativos financeiros cujo peso no ativo é de 32% referente à aplicação financeira em CEDIC junto do IGCP.

❖ Fundos Próprios

| Fundos Próprios | 2022 | Peso | 2021 |
|---------------------------|------------------------|-------------|------------------------|
| Património | 2 129 984,61 € | 14% | 2 129 984,61 € |
| Doações | 4 000,00 € | 0% | 4 000,00 € |
| Outras variações | -3 212 697,38 € | -21% | -3 241 347,36 € |
| Resultados Transitados | 12 276 337,82 € | 79% | 8 658 727,67 € |
| Resultado Líquido Período | 4 255 758,25 € | 28% | 3 617 610,15 € |
| TOTAL | 15 453 383,30 € | 100% | 11 168 975,07 € |



No que respeita aos fundos próprios, verificou-se um aumento na rúbrica de resultados transitados por conta da absorção do resultado líquido de 2021.

Por último destaca-se que o facto de o Resultado Líquido do Período de 2022 ser positivo (4.255.758,25€), o que contribuiu para um aumento dos Fundos Próprios em 28% comparativamente a 2021.

❖ Passivo

| Passivo | 2022 | 2021 |
|-----------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Fornecedores | 0,00 | 0,00 |
| Dividas a terceiros a curto prazo | 4 476 733,81 | 4 191 520,14 |
| Provisões para riscos e encargos | 388 047,99 | 388 047,99 |
| Diferimentos | 1 252 001,69 | 1 280 872,76 |
| TOTAL | 6 116 783,49 | 5 860 440,89 € |

■ Fornecedores
■ Dividas a terceiros a curto prazo
■ Provisões para riscos e encargos
■ Diferimentos

O passivo da CCDR LVT ronda os 6,1M€, sendo maioritariamente, cerca de 4,4 M€ (o que representa 73% do total do passivo), constituído por fornecedores, "outros credores", mais concretamente por terceiros a quem a CCDR LVT terá de [previsivelmente] repartir as receitas decorrentes da sua atividade no que diz respeito a processos de contraordenação (quando e se estas forem efetivamente recebidas) e que se encontram justificadas através de suporte documental.

Verifica-se o mesmo montante na provisão para riscos e encargos em relação ao ano de 2021. O montante da provisão a 31.12.2022 é referente à constituição de 30% (388.047,99€) do processo n.º 1162/20.6.BELSB – Ação Administrativa Comum (Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa) que implica uma condenação da CCDR LVT no pagamento ao queixoso "Trianovo – Resíduos de Construção Civil, Lda." de uma indemnização no valor de 1.293.493,29€.

Os diferimentos representam cerca de 20% do total do passivo, referentes não só aos subsídios recebidos para financiar despesas de capital, mas também saldos provenientes dos projetos de investimento próprio da CCDR LVT, que transitam para 2023.

3.2 Análise de rácios associados ao Balanço

A análise de rácios a nível financeiro permite, para além da análise detalhada realizada anteriormente, captar o posicionamento da CCDRLVT relativamente a alguns indicadores considerados essenciais para aferir a sua capacidade económica e financeira.

➤ Financiamento

Os rácios de financiamento – também denominados de rácios de cobertura – medem a capacidade da CCDRLVT sobreviver no médio e no longo prazo, avaliando o risco do não cumprimento da dívida (passivo).

| | 2022 | 2021 | Δ |
|--|------|------|-----|
| Autonomia = Fundos Proprios/Ativo | 72% | 66% | 6% |
| Solvabilidade= Fundos Proprios/Passivo | 253% | 190% | 63% |
| Endividamento= Passivo/Ativo | 28% | 34% | -6% |

Nota-se uma melhoria na **estrutura de financiamento (ou autonomia)** da CCDRLVT em relação a 2021 (cerca de 6%) por conta do aumento do peso que os capitais permanentes assumem no total das origens de fundos, estando, como seria desejável, a evoluir positivamente no sentido de garantir a estabilidade desta instituição.

No rácio de **solvabilidade** verificou-se um aumento de 63% em relação a 2021, por conta do aumento dos Fundos Próprios (conforme mencionado anteriormente), mas verifica-se um aumento do Passivo. Assim, este rácio evidencia o aumento da independência da CCDRLVT em relação aos seus credores, não se encontrando comprometida a capacidade desta em solver as responsabilidades assumidas perante terceiros.

Por último, o rácio de **endividamento** permite analisar a capacidade da CCDRLVT em suportar perdas sem incumprir com o pagamento da dívida. Em relação a 2021, este rácio diminuí em 6% e permite verificar que o peso do passivo (ou endividamento) na estrutura de financiamento da entidade ficou maior, o que significa que é agora maior o grau de risco relacionado com a organização e maior a capacidade de endividamento potencial.

➤ **Liquidez**

Os rácios de liquidez medem a capacidade da CCDRLVT em pagar as suas obrigações de curto prazo e satisfazer inesperadas necessidades de liquidez. Em média, e analisando os indicadores da tabela infra, aumentou a velocidade com que os activos se tornam líquidos para, caso haja necessidade, fazer face a obrigações decorrentes dos passivos de curto prazo.

| | 2022 | 2021 | Δ |
|---------------------------------------|------|------|------|
| Geral=Ativo Corrente/Passivo Corrente | 361% | 298% | 63% |
| Imediata=Disponibilidades/PC | 183% | 238% | -55% |

O rácio de liquidez **geral** teve um aumento acentuado face a 2021, que aumentou o grau de cobertura da dívida corrente, isto é, melhorou a capacidade da CCDR LVT para cumprir as suas obrigações com os credores. De destacar o fato positivo do ativo corrente ser suficiente para cobrir o passivo corrente.

Por último, e de acordo com o rácio de liquidez **imediata**, verifica-se uma diminuição em relação a 2021. Esta diminuição é refletida nas disponibilidades, atendendo que foi aplicado em CEDIC o montante de 7M€, e que vence a dia 2 de janeiro 2023, logo a mantasse a mesma capacidade de fazer face ao passivo corrente utilizando somente as disponibilidades.

➤ **Estrutura**

O rácio de **estrutura do activo** pretende medir a relação entre o activo não corrente (considerado como activo de médio e longo prazo) e o corrente. Tal como referido anteriormente, a preponderância do activo corrente face ao fixo permanece muito elevada conforme ilustra a tabela seguinte:

| | 2022 | 2021 | Δ |
|------------------------------------|------|------|----|
| Estrutura Activo = AFixo/ACorrente | 4% | 4% | 0% |

3.3 – Análise da Demonstração de Resultados

Demonstração dos Resultados por Natureza

De 01/01/2022 a 31/12/2022

CCDRLVT - Comissão Coordenação Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Valores em Euros €

| | Rendimentos e gastos | Notas | Períodos | |
|--|---|-------|---------------------|---------------------|
| | | | N | N - 1 |
| 70 | Impostos, contribuições e taxas | 13,14 | 6 861 460,32 | 6 486 588,10 |
| 71 | Vendas | | 0,00 | 0,00 |
| 72 | Prestações de serviços e concessões | 13 | 250 197,02 | 236 323,66 |
| 75 | Transferências e subsídios correntes obtidos | 14 | 4 032 452,13 | 3 709 265,99 |
| 785 + 7921 - 685 | Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos | | 0,00 | 0,00 |
| 73 | Variações nos Inventários da produção | | 0,00 | 0,00 |
| 74 | Trabalhos para a própria entidade | | 0,00 | 0,00 |
| 61 | Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos | | 0,00 | 0,00 |
| 62 | Fornecimentos e serviços externos | 20 | -1 789 362,82 | -1 752 661,07 |
| 63 | Gastos com pessoal | 19 | -4 594 497,89 | -4 465 332,39 |
| 60 (exceto 603) | Transferências e subsídios concedidos | 20 | -375 190,39 | 0,00 |
| 603 | Prestações sociais | | 0,00 | 0,00 |
| 652 + 6592 - 7622 - 76292 | Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões) | | 0,00 | 0,00 |
| 651 - 7621 | Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | 18 | 45 000,83 | -296 481,99 |
| 67 - 763 | Provisões (aumentos/reduções) | 15 | 0,00 | 0,00 |
| 6532 + 657 + 658 - 7623 - 7627 - 7628 | Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) | | 0,00 | |
| 77 - 66 | Aumentos/reduções de justo valor | | 0,00 | 0,00 |
| 78 (exceto 782 e 785) | Outros rendimentos | 20 | 202 077,17 | 86 499,51 |
| 68 (exceto 682 e 685) + 6591 + 6599 - 76291 - | Outros gastos | 20 | -143 685,15 | -204 739,51 |
| | Resultados antes das depreciações e gastos de financiamento | | 4 488 451,22 | 3 799 462,30 |
| 64 - 761 | Gastos/reversões de depreciação e amortização | 3,5 | -232 194,31 | -179 992,13 |
| 6531 + 654 + 655 + 656 - 7624 - 7625 - 7626 | Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) | | 0,00 | 0,00 |
| | Resultado operacional (antes de gastos de financiamento) | | 4 256 256,91 | 3 619 470,17 |
| 782 + 790 + 791 + 7922 + 793 + 799 | Juros e rendimentos similares obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| 682 + 6910 + 6911 + 6912 + 6913 + 6918 + 692 + 698 | Juros e gastos similares suportados | 20 | -498,66 | -1 860,02 |
| | Resultado antes de impostos | | 4 255 758,25 | 3 617 610,15 |
| 812 | Imposto sobre o rendimento | | 0,00 | 0,00 |
| | Resultado líquido do período | | 4 255 758,25 | 3 617 610,15 |

A análise à Demonstração de Resultados (DR) evidencia um Resultado Líquido de cerca de 4,2M€ essencialmente impulsionado pelos resultados antes das depreciações e gastos de financiamento que rondam um valor de 4,4M€. Em relação ao ano de 2021, verifica-se um aumento, por um lado, devido á boa cobrança de rendimentos e por outro lado, ao não aumento das provisões.

| | 2022 | 2021 |
|---|----------------|----------------|
| Resultados antes das depreciações e gastos de financiamento | 4 488 451,22 € | 3 799 462,30 € |
| Resultados Operacionais | 4 256 256,91 € | 3 619 470,17 € |
| Resultados antes de impostos | 4 255 758,25 € | 3 617 610,15 € |
| Resultado Líquido do Período | 4 255 758,25 € | 3 617 610,15 € |

Em síntese, conforme tabela infra, os rendimentos significativos foram suficientes para cobrir os gastos significativos (inclui todos os gastos da CCDR LVT).

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------|-----------------|-----------------|
| Δ Rendimentos significativos | 11 346 186,64 € | 10 518 677,26 € |
| Δ Gastos significativos | 7 090 428,39 € | 6 901 067,11 € |


Nos subcapítulos seguintes apresenta-se uma análise pormenorizada quanto à estrutura de gastos e rendimentos significativos.

Por último, é de referir que Resultado Líquido apresentado na Demonstração de Resultados coincide com o valor de 4.255.758,25 €, apresentado nos Fundos Próprios no Balanço.

❖ Resultados Operacionais

Refletindo as atividades principais da CCDR, os resultados operacionais são um importante indicador não só para o período em análise, mas também numa perspetivação de sustentabilidade, considerando o estatuto de autonomia administrativa e financeira.


| Rendimentos | 2022 | 2021 |
|--|------------------------|------------------------|
| Prestações de Serviços | 250 197,02 € | 236 323,66 € |
| Impostos, Taxas e Outros | 6 861 460,32 € | 6 486 588,10 € |
| Transferências e subsídios correntes obtidos | 4 032 452,13 € | 3 709 265,99 € |
| TOTAL | 11 144 109,47 € | 10 432 177,75 € |



- Prestações de Serviços
- Impostos, Taxas e Outros
- Transferências e subsídios correntes obtidos

Em 2022 a rubrica de impostas e taxas representou 62% das receitas da CCDR LVT (em 2021 situou-se também nos 62%), ultrapassando em 26% o peso das transferências (maioritariamente relacionadas com verbas recebidas do Orçamento de Estado e PRR) que representam 36% do total dos rendimentos operacionais. A emissão de pareceres e de licenças e as vistorias totalizam 250.197,02€ (cerca de 2% do total de rendimentos operacionais, aumentando o seu peso em relação a anos anteriores). Assim os rendimentos operacionais totalizaram 11.144.109,47€ representando 98% do total de rendimentos e ganhos.

| Gastos | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Fornecimentos e serviços externos | 1 789 362,82 € | 1 752 661,07 € |
| Gastos com o pessoal | 4 594 497,89 € | 4 465 332,39 € |
| Depreciações e amortizações | 232 194,31 € | 179 992,13 € |
| Transferências e subsídios concedidos | 375 190,39 € | - € |
| Outros gastos operacionais | 41 371,00 € | 41 139,00 € |
| TOTAL | 7 032 616,41 € | 6 439 124,59 € |



- Fornecimentos e serviços externos
- Gastos com o pessoal
- Depreciações e amortizações
- Transferências e subsídios concedidos
- Outros gastos operacionais


Os gastos operacionais ascendem a 7 M€ e representam 98% do total de gastos e perdas, distribuindo-se da seguinte forma: 65% em gastos com o pessoal, 25% em fornecimentos e serviços externos, 5% em transferências e subsídios concedidos e um peso quase negligenciável de quotizações inseridas em outros gastos operacionais, de depreciações e amortizações e de provisões do exercício. As rubricas de gastos operacionais inverteram a tendência decrescente verificada em anos anteriores sobretudo por força do aumento de cerca de 29% de gastos depreciações e amortizações e 1% de outros gastos de exercício. Relativamente ao FSE verificou-se um ligeiro aumento em cerca de 2%, em que se destaca os aumentos no combustível, eletricidade e água.

A conjugação dos rendimentos e dos gastos operacionais de 2022 é responsável pelos resultados obtidos e que ascendem a 4.111.493,06€.

❖ Outros Resultados

Em 2022 os outros rendimentos ascenderam a um total de 304.614,50€

| Outros Rendimentos | 2022 | 2021 |
|--|---------------------|---------------------|
| Reversões de imparidades com clientes, contribuintes e utentes | 102 537,33 € | 190 266,51 € |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 15 716,66 € | 3 472,84 € |
| Imputação sub. E transf. para investimento | 98 748,21 € | 83 026,67 € |
| Outros não especificados | 87 612,30 € | - € |
| TOTAL | 304 614,50 € | 276 766,02 € |




- Reversões de imparidades com clientes, contribuintes e utentes
- Correções relativas a exercícios anteriores
- Imputação sub. E transf. para investimento

A variação significativa comparativamente com o período anterior, decorre da rubrica de outros não especificados que resultou da anulação de estimativas em excesso das rubricas de férias a gozar e subsídios de férias a gozar em 2023. Na rubrica de imparidades verificou-se uma diminuição em relação ao ano anterior justificado pela atividade corrente da CCDR LVT relativamente a processos de contraordenação (nomeadamente decisões de Tribunal que resultaram na extinção da dívida quer por pagamento quer por falta de bens para penhora).

O reconhecimento de rendimentos relativos a transferências de capitais obtidos, representa uma taxa de 19% do face ao ano anterior.

No que respeita aos outros gastos e perdas, ascendem a um total de 159.850,65€:

| Outros Gastos | 2022 | 2021 |
|---|---------------------|---------------------|
| Outros gastos | 7 017,36 € | 2 775,11 € |
| Multas e penalidades | 2 797,35 € | 8 684,80 € |
| Imparidade | 57 536,50 € | 486 748,50 € |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 92 499,44 € | 152 140,60 € |
| TOTAL | 159 850,65 € | 650 349,01 € |



- Outros gastos
- Multas e penalidades
- Imparidade
- Correções relativas a exercícios anteriores

No que respeita aos outros gastos, em 2022, verifica-se uma diminuição à exceção da rubrica de outros gastos correntes face ao ano de 2021. Não foi constituída nenhuma provisão para riscos.

3.4- Análise de rácios associados à Demonstração de Resultados

➤ Rentabilidade

Os rácios de rentabilidade reflectem a capacidade que a CCDRLVT tem de gerar resultados. São constituídos por uma rúbrica de resultados no numerador (o resultado líquido do exercício) e, no denominador, por uma rúbrica que possa ter estado na origem desses mesmos resultados. Assim, facilmente se compreende que, quanto maiores estes rácios, em melhor situação se encontra a instituição. No caso da rentabilidade líquida das **vendas**, no denominador é colocado o montante da prestação de serviços, enquanto na rentabilidade líquida do **activo** é colocado o montante do activo líquido da CCDRLVT e na rentabilidade líquida dos **fundos próprios** – e como o próprio nome indica - é colocado o total dos fundos próprios da instituição.

| | 2022 | 2021 |
|---|-------|-------|
| Vendas = Resultado Líquido/Vendas | 1701% | 1531% |
| Activo = Resultado Líquido/Activo | 20% | 21% |
| Fundos Próprios = Resultado Líquido/Fundos Proprios | 28% | 32% |

Ora, tendo sido o resultado líquido do período positivo, verifica-se que foi superior ao do ano anterior. Continuando a CCDRLVT ter uma margem para suportar aumentos de gastos ou descidas nos rendimentos.

O resultado líquido da CCDD LVT no exercício de 2022 totalizou 4.255.758,25€, sendo que será proposto à Tutela que o referido resultado seja incorporado em resultados transitados”. – este, exemplo baseia-se no que foi registado contabilisticamente pela CCDD LVT em anos anteriores.

➤ **Actividade**

Este indicador de rotação do ativo é um rácio de atividade que procura medir o grau de eficiência na utilização dos ativos. Quanto maior o valor do rácio de rotação do ativo maior é a eficiência operacional. Em 2022 é de um ponto percentual da eficiência face a 2021 mante-se inalterável.

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------------------|------|------|
| Rotação do Activo = Vendas/Activo | 1% | 1% |

Lisboa, 27 de março de 2023



Teresa Almeida
Presidente



Rua Alexandre Herculano, n.º 37, 1250-009 Lisboa T: 213 837 100 F: 213 837 192
Rua Zeferino Brandão, 2005-240 Santarém T: 243 326 541 F: 243 323 289
Rua de Camões, 85, 2500-174 Caldas da Rainha T: 262 841 981 F: 262 842 537
<http://www.ccdr-lvt.pt/>
geral@ccdr-lvt.pt

